

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº _____ DE 03 DE ABRIL DE 2024

Vereador Policial Federal Suender - PL

Institui no âmbito do Município de Anápolis, o Programa "Emprego Cidadão" voltado para a população em situação de rua e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Anápolis aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído, o âmbito do Município de Anápolis, o Programa "Emprego Cidadão" voltado para a população em situação de rua.

Parágrafo único. Compreende-se como população em situação de rua aquelas pessoas que vivem na rua, que fazem dela espaço de convívio, de sobrevivência nos termos do Decreto Federal nº 7.053/2009.

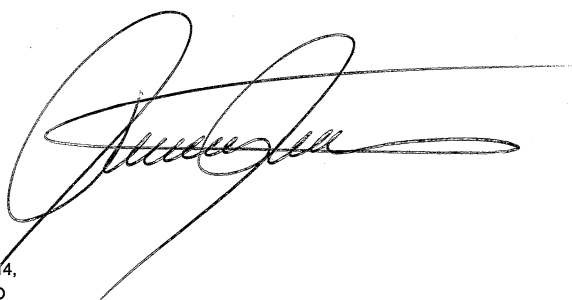
Art. 2º. Do programa instituído no "caput" do artigo 1º, farão parte as pessoas em situação de rua cadastradas, anualmente, pela secretaria responsável, depois de atestada essa condição.

Art. 3º. As pessoas em situação de rua cadastradas, conforme art. 2º, poderão participar de mutirões desenvolvidos pelo Executivo Municipal, como prestadores de serviços temporários ou encaminhados para empresas que prestam ou venham a prestar serviços à Prefeitura do Município de Anápolis ou ainda, às empresas instaladas no Município, que desejarem aderir ao Programa.

§ 1º. As empresas que desejarem aderir ao programa e captar tal mão de obra poderão ser assegurados, mediante lei específica, benefícios tributários, a critério do Executivo Municipal.

§ 2º. As empresas que desejarem integrar o Programa deverão se cadastrar junto à secretaria responsável.

Art. 4º. É garantia da população em situação de rua que esteja em trabalho formal, ainda que por período inicial ou transitório, o direito às políticas de assistência de abrigo, alimentação, higiene pessoal e reabilitação de adicção química.



Parágrafo Único. Aos trabalhadores que tiverem turno de trabalho diferente do turno convencional, fica garantida a flexibilização do horário de acesso ao abrigo conforme a hora de saída do trabalho.

Art. 5º. As empresas deverão garantir aos cidadãos em situação de rua salário compatível com a sua função e demais direitos previstos na legislação trabalhista vigente.

Art. 6º. O Poder Executivo Municipal realizará parcerias com instituições de ensino públicas e privadas, garantindo vagas destinadas à população em situação de rua em cursos profissionalizantes de diversas áreas, para propiciar à população em situação de rua a formação escolar, a capacitação e a qualificação profissional.

Art. 7º. A pessoa em situação de rua que oriunda de outros municípios e que, se enquadrando nos requisitos do programa, recusar-se a participar dele, pode, alternativamente, retornar ao município de origem, às expensas da municipalidade.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anápolis, 03 de abril de 2024.



POLICIAL FEDERAL SUENDER
Vereador - PL

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo instituir, no âmbito do Município de Anápolis, o Programa “Emprego Cidadão” voltado para a população em situação de rua, visando promover a sua reinserção social e profissional, bem como garantir os seus direitos fundamentais.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, estabelece que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Além disso, o artigo 23, inciso X, determina que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

Nesse sentido, o Programa “Emprego Cidadão” se insere no contexto das políticas públicas de assistência social e de geração de emprego e renda, buscando oferecer oportunidades de trabalho digno e qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, que são um segmento social vulnerável e excluído do mercado formal.

O Programa “Emprego Cidadão” pretende oferecer aos beneficiários uma bolsa-auxílio mensal equivalente a um salário mínimo vigente, condicionada à participação em atividades laborais de interesse público ou social, tais como limpeza urbana, manutenção de praças e jardins, conservação de prédios públicos, entre outras. Além disso, o Programa prevê a oferta de cursos de capacitação profissional nas áreas de construção civil, informática, gastronomia, artesanato, entre outras, bem como o encaminhamento para o mercado de trabalho formal ou para o empreendedorismo.

O Programa também visa garantir aos beneficiários o acesso aos serviços públicos essenciais, tais como saúde, educação, assistência social, documentação civil e previdenciária. Para tanto, será realizada uma articulação intersetorial entre as secretarias municipais responsáveis por essas áreas, bem como com as entidades da sociedade civil que atuam junto à população em situação de rua.

Dessa forma, espera-se que o Programa “Emprego Cidadão” contribua para a promoção da cidadania e da dignidade humana das pessoas em situação de rua em Anápolis, bem como para a redução das desigualdades sociais e da violência urbana no município.

Anápolis, 03 de abril de 2024.



POLICIAL FEDERAL SUENDER

Vereador - PL